

APOSENTADOS E PENSIONISTAS MOBILIZAÇÃO EM TODO O PAÍS CONTRA AS AMEAÇAS À PREVIDÊNCIA SOCIAL

Proposta do governo corta direitos e tenta eliminar as organizações de luta dos trabalhadores

O DEAPES e entidades de aposentados e pensionistas de todo o País participaram de mobilização intensa em Brasília, de gabinete em gabinete no Congresso Nacional, em um trabalho de convencimento de deputados de cada Estado a se posicionarem contrários à Medida Provisória (MP) 871, que prejudica direitos previdenciários e ataca a organização de aposentados e pensionistas, com restrições ao desconto em folha, com o claro objetivo de quebrar a sustentabilidade das entidades.

A mobilização foi coordenada pela Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) e Federação dos Aposentados e Pensionistas



de Minas Gerais (FAP/MG). O movimento teve a representação de cerca de 560 associações de todo o País, que são de fundamental importância em cada município na luta pelas condições de saúde e de assistência de pessoas na “terceira idade”.



DEAPES BUSCA, EM BRASÍLIA, O APOIO DE TODOS OS DEPUTADOS DE MINAS GERAIS



O coordenador do DEAPES, Waltencyr Teófilo, participou, em Brasília, da abordagem a todos os deputados de Minas e afirma que a entidade divulgará intensamente em todo o Estado o posicionamento de cada um deles no processo de discussão e votação do projeto que esculhamba a consistência social da Previdência no País.

Waltencyr lembra que os aposentados estão sendo limitados em seu direito e liberdade de associarem às entidades que defendem seus direitos previdenciários e sociais. “A MP 871 está impedindo o desconto em folha das mensalidades de 1% para as associações, com a clara intenção de asfixiar a condição financeira das entidades e impedir as mobilizações pelos direitos”, afirma Waltencyr.

Cada contribuição é rateada entre as entidades, de forma a criar a unidade nacional na luta pelos aposentados, ficando 13% para a COBAP, 15% para cada

federação estadual, e de 72% para as associações. Esta sustentabilidade a nível nacional, contando com a contribuição de 1% de cada associado, permite as mobilizações para defendermos uma Previdência Social justa, contra o projeto privatista do Governo Bolsonaro, que pretende entregar a previdência a bancos e à iniciativa privada, através da proposta de “capitalização”. Esta reforma, pretendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, acaba com a Previdência Social, em regime de mutualismo, todos contribuindo para aposentadoria de todos, para outro regime individual, de contribuições dos trabalhadores apenas para si mesmos, excluindo a possibilidade distributiva. Com isto, ficarão eliminados direitos como assistência à saúde, em caso de afastamento por doença, aposentadorias por invalidez justas, seguro desemprego e outros, como acontece hoje pelo regime previdenciário em vigor.

